

opci3n

Revista de Antropologfa, Ciencias de la Comunicaci3n y de la Informaci3n, Filosoffa,
Lingfistica y Semf3tica, Problemas del Desarrollo, la Ciencia y la Tecnologfa

Afio 34, diciembre 2018 N°

87

Revista de Ciencias Humanas y Sociales

ISSN 1012-1537/ ISSNe: 2477-9385

Dep3sito Legal pp 198402ZU45



Universidad del Zulia
Facultad Experimental de Ciencias
Departamento de Ciencias Humanas
Maracaibo - Venezuela

Feminismos e Performatividade: ensaio sobre Filosofia, Psicanálise e Gênero

Fernanda Martins¹

Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil
fernanda.ma@gmail.com

Augusto Jobim do Amaral²

Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil
guto_jobim@hotmail.com

Resumo

O artigo visa a apontar as constituições sociais dadas pelo *masculino universal*, vértice de formas de pensar hegemônicas e baseadas na colonialidade etnocêntrica, no racismo e no sexismo, na separação corpo/mente e na primazia do pensamento abstrato universalista. Portanto, propõe abrir certas fissuras às vozes silenciadas, para que se possa romper as angústias do recalque do lado obscuro de nós mesmos, possibilitando, quem sabe, uma releitura transversal para compreender nosso tempo com a ajuda de fatos e gestos das sociedades passadas, como possibilidade de burlar a repetição e estabelecer a ética e a justiça como reais suportes do agir.

Palavras-chaves: Feminismo, Justiça, Psicanálise, Gênero, Performativo

¹ Doutoranda em Ciências Criminais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista CAPES.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Recibido: 12-04-2018 • Aceptado: 12-06-2018

Feminisms and Performativity: essay on Philosophy, Psychoanalysis and Gender

Abstract

The article aims at pointing to the social constitutions given by the *universal masculine*, a vertex of hegemonic forms of thinking and based on ethnocentric coloniality, racism and sexism, and in the separation of body/mind and in the primacy of universalist abstract thought. It is therefore proposed to open certain cracks to silenced voices, making possible a transversal reading, which will make us understand our time with the help of facts and gestures of past societies as the possibility of circumventing repetition and establishing ethics and justice as real supports of action.

Keywords: Feminism, Justice, Psychoanalysis, Gender, Performative.

Femenismos y Performatividad: Ensayo sobre Filosofía, Psicoanálisis y Género

Resumen

El artículo apunta las constituciones sociales dadas por el *masculino universal*, vértice de formas de pensar hegemónicas y basadas en la colonialidad etnocéntrica, en el racismo y el sexismo, en la separación cuerpo/mente y en la primacía del pensamiento abstracto universalista. Por lo tanto, propone abrir ciertas fisuras a las voces silenciadas, para que se puedan romper las angustias del recalque del lado oscuro de nosotros mismos, posibilitando una relectura transversal para comprender nuestro tiempo con la ayuda de hechos y gestos de las sociedades pasadas, como posibilidad de burlar la repetición y establecer la ética y la justicia como reales soportes del actuar.

Palabras clave: Femenismo, Justicia, Psicoanálisis, Género, Performativo

*“Prefiro em Freud as análises parciais,
regionais, menores,
as sondagens mais aventureiras”.*

Derrida

1. INTRODUÇÃO

Recalque pode ser o outro nome do sombrio tamponado pelo que chamamos de cultura. Tal afirmação pode fazer tremer caso sua potência seja ex-posta radicalmente. Se para estilhaçar as verdades racionalizadas de um projeto *falo-logo-cêntrico*³ é necessário emitir notas especiais, para alcançar timbres suficientemente capazes de fazer vibrar até o espesso maciço naturalizado das violências civilizadas. O recalque dos fatos que nos assolam, na busca incansável por seus ecos, deve ser enfrentado através da *profanação do improfanável* (AGAMBEN, 2007), da memória restituída ao uso comum para além dos extermínios vistos como sacrifícios.

Nesse sentido, apontar as constituições de uma sociedade dada pelo *masculino universal*, vértice de estruturas caracterizadas por

³ Logocentrismo: “metafísica da escritura fonética que em seu fundo não foi mais – por razões enigmáticas mas essenciais e inacessíveis a um simples relativismo histórico – do que o etnocentrismo mais original e mais poderoso, que hoje está em vias de se impor ao planeta, e que comanda, numa única e mesma ordem: o conceito de escritura; 2. A história da metafísica; 3. Conceito de ciência.” p. 3 – 4. DERRIDA, Jacques. Gramatologia. São Paulo: Perspectiva, 2006. Feminismo como “toda crítica ao falocentrismo é desconstrutiva e feminista, e toda desconstrução comporta um elemento feminista.” DERRIDA, Jacques. “Entrevista con Cristina de Peretti”. In: Política y sociedad, Madrid, n. 3, 1989. Falocentrismo: “A autoridade e a autonomia (mesmo se se submetem à lei, este assujeitamento é liberdade), são, por este esquema, mais próximos do homem que da mulher, e mais próximos da mulher do que do animal. E, bem entendido, mais próximos do adulto do que da criança. A força viril do macho adulto, pai, marido ou irmão pertence ao esquema que domina o conceito de sujeito” DERRIDA, Jaques. Acts of literature. Nova York and London: Routledge, 1992, p. 294. Sobre tudo, cf. DERRIDA, Jacques. Esporas: os estilos de Nietzsche. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

formas de pensar hegemônicas – acentuadas, talvez como nunca, desde o que chamamos de modernidade – e baseadas na colonialidade etnocêntrica, no racismo e no sexismo, na separação corpo/mente e na primazia do pensamento abstrato universalista tornou-se tarefa urgente. Desde num modelo filosófico, político, social e jurídico calcado em categorias identitárias fixas, consolidado e reverberado contemporaneamente, parece necessário questionar se não serão estes mesmos recalques apenas reflexos do profundo processo de emudecimento das vozes dos *subalternos* (SPIVAK, 2010). Precisamente, se os traumas causados por uma sociedade patriarcal não são o obscurecimento ínsito da relação luz/sombra ignorados pela tradição ocidental.

Propõe-se, portanto, neste espaço, abrir certas fissuras às vozes silenciadas, para que se possa romper as angústias do recalque do lado obscuro de nós mesmos (ROUDINESCO, 2008), possibilitando, quem sabe, “uma releitura transversal, que nos [faça] compreender nosso tempo com a ajuda de fatos e gestos das sociedades passadas” (MAFESSOLI, 2007, 147) como possibilidade de burlar a repetição e estabelecer a ética e a justiça como reais suportes do agir.

Ademais, deve-se insistir desde logo como premissa, diante da marca masculina forjada sob sólidos pilares identificantes e anuladores da alteridade (BHABHA, 1998), que a assunção da *temporalidade* passa por reconhecer que ato e repetição (iterabilidade) constituem a *performatividade* de gênero, pois a “linguagem atua sobre nós antes que atuemos e continua atuando no mesmo momento em que atuamos”

(BULTER, 2010). Ou seja, se a *vulnerabilidade* é estar “exposto a linguagem antes de qualquer possibilidade de formar ou formular um ato discursivo”, aqui se entendo o feminismo, ao menos em parte, como “um termo político, um questionamento do poder e da possibilidade de mudança, e não somente [como] uma questão de técnica” (SHIACH, 1989: 205), convoca-se uma peculiar reflexão sobre a repetição compulsiva no sentido de uma pulsão de morte – de si e do outro.

Encarar o avanço conservador atual passa, noutros termos, por exigir o afastamento dos mitos de pureza e, principalmente, atravessa os olhos pelos debates feministas da filosofia, instante subversivo que coloca em xeque as promessas do prazer contínuo do recalque social masculino heteronormativizador.

2. FALOCENTRISMO COMO RECALQUE E REPETIÇÃO

Tomada pela compreensão do agir feminista como *pro-vocação*, espécie de desconforto primordial ou, no mínimo, como exigência de vigília constante sobre as violências naturalizadas, parte-se do sincero enfrentamento das estruturas falocêntricas que modelam subjetividades e se revigoram permanentemente não raro exatamente seqüestrando o ímpeto subversivo que nunca deve distar dos feminismos.

Quando vemo-nos forjados e forjadas por características misóginas, classistas, racistas etc., abrir novas possibilidades de fissura

nos esteios patriarcais e colonialistas e instigar acontecimentos na direção de uma sociedade radicalmente plural que respeite as diferenças, *atravessa inevitavelmente a superação do medo em não ter um “determinado objeto”* (FREUD, 2010: 126). As reivindicações feministas como desconstrução⁴ são desestabilizadoras da ordem posta. Nesse sentido, a Morag Shiach é categórica ao afirmar que “nós, mulheres devemos ser as semeadoras da desordem, o ponto de dificuldade na rígida estrutura que desejaria tornar-nos invisíveis e silenciosas” (SHIACH, 1989: 207).

A desconstrução como caminho de desordem se dá na percepção dos sedimentos ocultos na construção de determinados conceitos, em que se exige a atenção constante contra as ingenuidades que apontam as *clausuras* da linguagem determinadas pelas formulações *falocêntricas* dos significados e significantes num permanente jogo de diferenças (RODRIGUES, 2012: 157). Contudo, tal dinâmica de desconstrução em estabelecer a desordem dos locais fixos e rígidos rompe com o que Freud nomeia “Princípio do Prazer”. Freud aponta em “*Além do Princípio do Prazer*” que “o aparelho psíquico se empenha em conservar a quantidade de excitação nele existente o mais baixa possível, ou ao menos constante”, reconhecendo que “tudo o que tem propriedade em aumentá-la será percebido como disfuncional, ou seja, desprazeroso,” assim, “o princípio do prazer

⁴ DERRIDA, Jacques. “O que é a desconstrução?”. In: *Le Monde*, suplemento especial, outubro de 2004 e RODRIGUES, Carla. “Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida”. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Revista Latinoamericana (ISSN 1984-6487), n. 10, abr. 2012, pp. 140-164.

deriva do princípio da constância” (FREUD, 2010: 122-123) e que seu domínio pode ser afirmado no comportamento humano.

O *recalque* vem, assim, como uma resposta ao desprazer que sentimos, ao movimento da excitação ou desconforto que confronta a estabilidade do princípio de constância. Deriva, em maior parte, do

desprazer de percepção, seja percepção da presença de instintos ou percepção externa que é penosa em si ou que provoca expectativas desprazerosas no aparelho psíquico, sendo por ele reconhecida como “perigo” (FREUD, 2010: 125).

A reação a tais ameaças é o soterramento daquilo que retira o sujeito do seu lugar de conforto, o recalque se estabelece nas resistências em negar a realidade dos fatos incômodos, na disputa entre princípio do prazer e princípio da realidade. A oposição entre o “reprimido” e o “eu coerente” está a serviço do “princípio do prazer, pois [a resistência do reprimido] quer evitar o desprazer que seria gerado pela liberação do reprimido”, e pode-se pensar que as lutas feministas se aproximam desse “esforço” em “apelar ao princípio da realidade, para conseguir a admissão desse desprazer”, o que, num início, é reconhecer a violência perpetrada pela hierarquia redutora que se estabelece nas relações de gênero (FREUD, 2010: 125).

Assim, as relações diárias de sujeitos que se propõem a superar o recalque, imbuídos na busca por uma sociedade menos desigual e substancialmente livre (em que “ser livre é viver sem medo” (SIMONE, 2015) de si e do mundo, *representificar o passado e*

reconhecendo em seus próprios traços que a vida só ocorre ao se lutar também por todas as vidas), têm precisamente como força motriz o diálogo daquilo que se aprende com as teorias feministas, com o movimento negro, com as teorias *queer*, com as questões indígenas etc. (DAVIS, 2016) – todas e cada uma das interfaces da diferença.

Neste local, o papel da escuta é central, sobretudo das narrativas cotidianas de opressão, aquilo que de fato nos marca recorrentemente, práticas que ferem, matam, moldam e são moldadas pela cultura dominante e violenta do patriarcado. Nunca é demais insistir que a potência está na fala – no *dizer* – (e não no *falo*), na escuta, no diálogo e no comprometimento pelas diversas vozes que ecoam a luta e apontam as fraturas do sistema, rompendo, assim, com a repetição compulsiva dos marcos *falocêntricos*.

Freud afirma que compulsão à repetição deve ser atribuída ao “reprimido inconsciente” que “não podia manifestar-se até que o trabalho terapêutico, vindo-lhe ao encontro, afrouxou a repressão” (FREUD, 2010: 131). Afrouxar a repressão é recordar aquilo que está recalcado, reprimido, é “traz[er] de volta experiências [...] que não possibilitam prazer.” (FREUD, 2010: 132).

A compulsão à repetição pode ser percebida nos modelos identificantes que estabelecem a ordem através do "império do semelhante" como “um sistema de pensamento que busca reprimir a diferença” onde "o semelhante é o que vigora, nomeia, define e designa 'seu' outro", repercutindo numa permanência da

economia política do masculino e do feminino organizada por diferentes exigências que, à medida que se tornam socializadas e metaforizadas produzem signos, relações de poder, relações de produção e reprodução (CIXOUS, 1986: 80–81).

Nesse sentido, o processo proposto pelos pensamentos feministas pode ser encarado como ruptura à repetição compulsória, em que novas possibilidades para além da centralidade do conhecimento masculino universal sejam hipóteses presentes a serem construídas em conjunto num agir permanente que resiste ao conforto do *status quo*.

Para a filósofa Judith Butler, na medida em que afirma que “não há identidades que precedam o exercício das normas de gênero, é o exercício mesmo que termina por criar normas. É a repetição das normas de gênero que promove isto”, inclusive as identidades de gênero são resultados desse elemento normativizador da repetição em que o *recalque falocêntrico* determina as próprias normas da sexualidade e do desejo. Contudo, para a desconstrução no sentido da *performatividade* em seu *duplo gesto*, o elemento subversivo seria aquele capaz ao mesmo tempo e a cada repetição de romper com as regras que estabelece, na possibilidade permanente de burlá-las. Seria este o processo de “desconstrução de uma equação na qual o gênero funcionaria como o sentido, a essência, categorias que estão dentro da longa tradição metafísica de hierarquias” (RODRIGUES, 2012: 150), hierarquias de discursos de verdade monopolizados pelo princípio da constância e sempre prontas a neutralizar a desestabilização que a diferença convida.

Assim, entende-se a relevância deste olhar atento sobre a repetição, pois a compulsão à repetição, conforme apresentado por Freud, demonstra o desejo do retorno ao local seguro em que a “cada nova repetição parece melhorar o controle que ela busca ter sobre a impressão, [...], insistindo implacavelmente para que a impressão seja igual.” Controle, restauração, inércia, elementos *atemporais* do princípio do prazer que se estabelecem à serviço da pulsão de morte, insistindo em retornar ao estado anterior e impedindo o abandono das influências perturbadoras de forças externas numa “expressão da inércia da vida orgânica.” (FREUD, 2010: 146).

O *falocentrismo* pode ser sentido como essa expressão das hierarquias estabilizadoras de uma promessa ocidental em ordenar através da racionalidade toda complexidade humana e social, portanto, jamais tomado como energia criadora. Em certo viés, trata-se de pulsão de morte, “tendência que se acha a serviço de uma função, à qual cabe tornar o aparelho psíquico isento de excitação, ou conservar o montante de excitação dentro dele constante ou o menor possível” (FREUD, 2010: 170).

Elemento central de recusa ao princípio de realidade, que as reflexões feministas insistem em interrogar por colocarem em questão a racionalização do insuportável das verdades científicas,

dos locais verticalizadores da sociedade e do próprio exercício do poder que reprodutor de vulnerabilidades.

3. ESCLARECIMENTO COMO EXERCÍCIO DA INDIFERENÇA

O Brasil, para Márcia Tiburi, é o país em que “há muito apagou da cena a imagem de seus indígenas dizimados e cujos remanescentes ainda hoje são assassinados em conflitos com proprietários de grandes latifúndios em nome do agronegócio”. Ainda, “esconde também o assassinato de mulheres, de homossexuais, travesti e pobres”, “ocultando a ignorância geral fomentada a cada dia pela ausência de um projeto de educação real para o povo” (TIBURI, 2015: 156). Esse processo de recalque brasileiro carrega como elemento indispensável para compreender o ocultamento das marcas violentas de uma sociedade um desejo fascista permanente de extermínio das diferenças.

Nesse sentido, Theodor Adorno descrevendo o padrão da propaganda fascista afirma que “os fascistas [...] enfatizam continuamente cerimônias ritualistas e diferenciações hierárquicas” em que “a tendência de pisar no de baixo [...] se manifesta de forma tão desastrosa na perseguição das minorias fracas e desamparadas” assim como se dá de maneira “tão franca quanto o ódio contra quem está de fora” (ADORNO, 2015). Esta idiotização contra quem está de fora também opera como centralidade numa racionalidade pautada na

igualdade como promessa de manutenção de privilégios entre pares, em que o extermínio do outro é legitimado como *ordem*. A construção de identidades hierarquizadas torna-se elemento central da cultura ocidental marcada pelos traços de um fascismo que permanece entre nós como repetição daquilo que se torna inquestionável.

Adorno, através daquilo que denomina como “truque da unidade” demonstra como a “corrente subterrânea de igualitarismo malicioso, de fraternidade da humilhação geral, é um componente da propaganda fascista e do próprio fascismo” e que o “igualitarismo repressivo em vez de realização de verdadeira igualdade através da abolição da repressão é parte e parcela da mentalidade fascista.” Igualitarismo repressivo, portanto, que sustenta o processo de “congelamento” da padronização social em “seu desejo infantil por repetição interminável e inalterada.” (ADORNO, 2015)

A partir dessa leitura, pensar como se dá o processo de racionalização ideologizada do irracional é, sobretudo, questionar como se desvia socialmente a preocupação coletiva para a indiferença. Ou seja, é interrogar como “os verdadeiros filhos da cultura [...] padronizada de hoje, em grande parte subtraídos de sua autonomia e espontaneidade, [...]” mantêm-se inertes em vez de “colocar metas cuja realização transcenderia o *status quo* psicológico não menos que o social.” Adorno avança ainda frisando que “a repetição compulsiva [...] é uma das características mais importantes” de uma “estrutura total” que se apóia “em cada traço particular do caráter autoritário.” Assim, “a irracionalidade” do fascismo “se torna racional no sentido da

economia pulsional, pois, se o *status quo* é tomado como aceito e petrificado, precisa-se de um esforço muito maior para se ver através dele do que a ele se ajustar e obter pelo menos alguma gratificação através da identificação com o existente.” (ADORNO, 2015)

A urgência em *desajustar* as totalidades é constituinte da tensão às “técnicas racionalmente calculadas que produzem o que é ingenuamente considerado como a ‘irracionalidade’ natural.” Portanto, perceber as lutas feministas ou as reivindicações dos grupos vulneráveis, desmascarando as violências recorrentes da plataforma racional que molda o Estado, é necessariamente questionar os princípios modernos de igualdade e liberdade.

Nesse sentido, Butler critica a subjetividade liberal e universal, na qual as categorias de sujeitos são sempre inquestionáveis e essencializadoras, declarando que não há reflexividade ontológica e inata, pois o sujeito é construído no processo histórico no qual está inserido. Isso, não quer dizer que o sujeito seja determinado pelo meio, porém traduz-se como *rastro*, capaz de agir mobilizado politicamente pelas configurações históricas do poder e do discurso. (BUTLER, 1998: 11 – 28)

Consignar a “igualdade” na cultura ocidental diz muito mais daquilo que fora feito do governo da “diferença perigosa” e do seu reflexo totalizador de cariz autoritário (GAUER, 2011). Além disso, sobre o desejo de liberdade, importante identificar como a constituição fascista dá-se também “através da perpetuação da dependência em vez

da realização da potencial liberdade, através da expropriação do inconsciente pelo controle social, em vez de tornar os sujeitos conscientes de seu inconsciente” (ADORNO, 2015). Daí cabe a incômoda interrogação – sobremaneira aos movimentos de fundo crítico: até que ponto queremos realmente ser livres?

Será através dessa interrogação que Wendy Brown definirá a liberdade como uma “*prática* em vez de como um *estado*, que jamais pode ser garantida pelas instituições e lei, mas que deve ser sempre exercitada” (BROWN, 1995: 8). Liberdade pensada, *pari passo* ao feminismo que nos ocupamos, como permanente abertura de um projeto filosófico com base *num impulso ético e com um efeito político* (TIBURI; VALLE, 2008), ou seja, como *por vir*, jamais institucionalizável na *clausura* das apropriações da tradição.

A universalização da igualdade e da liberdade tomadas como *algo dito e impessoal* são também questionadas por Judith Butler ao interrogar como os movimentos teóricos criam fundamentos universais que são tidos como inquestionáveis, como postulam compromissos metafísicos implícitos mediante afirmações e exclusões que tem como efeito a privação de direitos. Aduz que “uma teoria social comprometida com a disputa democrática dentro de um horizonte pós-colonial precisa encontrar uma maneira de pôr em questão os fundamentos que é obrigada a estabelecer” (BUTLER, 1998: 17) , ou seja, apresentar cada nova universalidade que pareça como fundamento da disputa permanente.

Desta forma, indagar novas hipóteses para pensar hoje os marcos democráticos libertos das amarras institucionalizadas do *racional estatal*, pronto a dotar de suportabilidade o inaceitável em nome da própria concepção de democracia. Se o caso da hipótese democrática brasileira está revestido pelo manto *democrático constitucional*, será o mesmo respaldo que desmantela como regra os direitos sob o manto do discurso da liberdade, exterminando grupos vulneráveis pelo *igualitarismo repressivo*. Pensar a democracia como *agir permanente* que toma a sério a questão antissexista, antirracista, antifascista etc. é compreender que ela “parece destinada a ser mais um momento do que uma forma”, em que “a liberdade é a própria coisa que impede que seja fundada.” (BROWN, 1995: 8)

A pergunta que, deste modo, parece subversiva apenas pode ir ao encontro da travessia com o *outro*: “podemos aprender a contestar a dominação com a força de uma visão alternativa da vida coletiva, e não através de uma opressão moral?” Até que ponto é possível, assim, contestar os marcos da compulsão à repetição fascista sem sermos nós mesmos opressores e opressoras, tendo em vista uma radical política feminista que encara o *precariado* como *luta política de corpos aliados* (BUTLER, 2017), livres da moralidade pautada na racionalidade ocidental e no ressentimento do recalque? Encarando então que “em toda nossa cultura esta forma de pensar e de se comportar passou a ser tomada como auto-evidente em tal grau, que a questão de por que as pessoas amam a quem é como elas e odeiam que é diferente muito raramente é questionada de forma séria o suficiente”

(ADORNO, 2015), encontra-se nosso desafio central de encontrar caminhos para dialogar com racionalidades plurais.

Para efetivamente estarmos à altura do desafio que a liberdade nos impõe, devemos defendê-la para além da falaciosa liberdade derivada das simples identidades subjetivas, das mônadas dotadas de vontades individuais e de meras faculdades de agir, postas contratual e ardilosamente sob fronteiras claras – muros nada libertários que se impõem exatamente onde começa(m) também a(s) liberdade(s) alheia(s). Enfim, deixar de ver a liberdade desta forma é vivenciá-la, como diz Ricardo Timm de Souza, como a “*condição vital da sobrevivência supraindividual dos múltiplos*” (SOUZA, 2016: 145-152), quer dizer, consubstanciada em atos *éticos* que amparam em si mesmos a própria *razão de ser da liberdade*; nascidos, pois, da sua concretização para além da mera ideia: *responsabilidade anterior à liberdade*. Suscetibilidades que agora nos permitem falar numa *liberdade ética* transmutada sob a forma de *responsabilidade pelo Outro*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: SUBVERSÕES – DA PERFORMATIVIDADE

Provocados pelas interrogações trazidas até aqui, necessário voltar pouco mais, doutro modo, às derivas pulsionais que nos acompanham desde o início. Sob a luta entre a pulsão de morte em sua estaticidade e a pulsão de vida como impulso talvez se possa indicar

um ponto de inflexão desestabilizador das hierarquias estruturadas. Se o impulso puder ser lido a partir da “novidade”, como sempre “condição de se fruir algo” (FREUD, 2010: 147), aqui a *performatividade* como potência criativa também deve ser convidada ao campo político como aquela que “sempre impele, indomável, para frente.” (FREUD, 2010: 153)

A *performatividade* ocupa sempre deslocada este local de resistência pela vida, do movimento pela lembrança dos traços intraduzíveis do passado, em que cada repetição possibilita o novo *in-de-formalizável* para além dos conceitos da sexualidade compulsória ou do desejo normativizado. Freud no próprio conceito de sexualidade liberta sua potência subversiva ao afirmar que

o conceito de ‘sexualidade’ [...] teve certamente que ser ampliado, até abarcar muita coisa que não se incluía na função reprodutiva, e isso provocou [e provoca] certo escândalo no mundo austero, respeitável ou simplesmente hipócrita (FREUD, 2010: 161).

Uma resistência rebelde que se proponha a encarar a igualdade, a liberdade e a democracia, apenas fará algum sentido se tocada por um agir eticamente engajado desde sempre, local político urgente de subversão à tensão afirmativa das categorias identitárias. Trata-se de resistir em tempos inóspitos à diferença, fascismos instrumentalizados por diversos matizes, em que misoginia privilegiada apenas é uma de suas formas de suas manifestações. Que se insista na passividade radicalmente subversiva da *escuta* e no *dizer* que sempre invoca a

urgência do encontro. Que se rompa a falsa paz dos silêncios cúmplices na disposição justa ao *diálogo*, compreendido como “um mecanismo, um organismo, uma metodologia ético-política. (...) Nesse sentido, o diálogo é aventura no desconhecido. Ato político real entre diferenças que evoluem na busca do conhecimento e da ação que dele deriva” (TIBURI, 2015: 90).

Assim, se as “diferenças vitais que [...] têm de ser dissipadas vivendo” (FREUD, 2010: 165) são aquelas *indefinições fantasmáticas* (DERRIDA, 2001) que precedem qualquer identidade em que o corpo não é mais tomado como um “dato natural, mas como uma superfície politicamente regulada” (RODRIGUES, 2012: 150), um olhar feminista desessencializante, desregulamentador, desconstruinte será aliado fundamental nesta luta antifascista. Desconstrução como energia potencial, cujo fluxo rompe temporalmente, em que o tempo torna-se meramente sendo diferencialmente; como força de um impulso performático.

Portanto, qualquer resistência possível dá-se tensionando as limitações dos discursos e do poder institucional que nos afeta. Resistência também que se faz possível através de *redes de solidariedade*, preocupação de algum feminismo abolicionista que

desestabiliza [...] instituições que dependem da reprodução da desigualdade e da injustiça e critica [...] instituições que infligem violência nas mulheres e nas minorias de gênero e, de fato, em todas as minorias sujeitas ao poder policial por mostrar-se e falar como o que são (BUTLER, 2010).

Neste sentido, ao convocar *representificações* à memória como forma de romper com o *reprimido recalçado*, estamos sempre habitados por fantasmas, vestígios da alteridade, impresentificáveis violências refletidas na “pluralidade de expectativas e de memórias” que apenas torna evidente o “inevitável corolário da existência de uma pluralidade de mundos”. Memória disposta como gesto hospitaleiro, pronta a “recordar como esforço por não se esquecer do que ficou esquecido” (CATROGA, 2016: 31 – 32), e assombrada por *espectros*, precisamente daquelas que até então não possuem vozes nas categorias identitárias marcadas pelas estratégias das racionalidades hegemônicas. Dessa maneira, alerta à politização da vida que captura o ser humano (DERRIDA, 1994) e o coloca como estratégia de governo (DERRIDA, 1994), a tarefa de alguma resistência feminista com alguma radicalidade que merece ser vivida, passa por “redescrever as possibilidades que já existem, mas que existem dentro de domínios culturais apontados como culturalmente ininteligíveis e impossíveis.” Em suma, se somos postos como prontos, que não nos sintamos acabamos, afinal

se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas de supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga. (BUTLER, 2009: 156).

Como flor no asfalto, de existência frágil e ao mesmo tempo potente, pretendeu-se convocar a urgência da (auto)crítica por uma condição política transformadora através, não de personagens privilegiados, mas de feminismos *radicalmente* plurais, retumbantes e

de diferentes timbres dispostos à desconstrução das antigas estruturas que alicerçam as histórias noturnas das identidades bem acabadas e dos mecanismos igualitários e seletivamente repressivos, todos racionalmente dispostos por seus meios tons intelectuais. Enfim, *subverter ou profanar* – ser assombrado a todo tempo por aquilo que não se vê vir, que sequer se *re-conhece* – o *patriarcado* com quaisquer resistências que insistam justamente em não ceder aos acordos, às estratégias, aos jogos e às armadilhas prontas a cooptar e, principalmente, anular, institucionalmente ou não, a pluralidade de forças dos feminismos em favor da própria recondução do pensamento falocêntrico.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. 2015. **Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista**. En *Ensaios de psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: UNESP: p. 153-190.
- AGABEM, Giorgio. 2007. **Profanações**. Boitempo. São Paulo (Brasil).
- AZOR HERNÁNDEZ, Ileana. 2017. **¿Por qué es necesario fomentar más posgrados con la perspectiva de género?**. En *Opción*, Año 33, N° 82, p. 366-391.
- BHABHA, Homi K. 1998. **O Local da Cultura**. UFMG. Belo Horizonte (Brasil).
- BROWN, Wendy. 1995. **States of Injury: power and freedom in late modernity**. Princeton. New Jersey (USA).
- BUTLER, Judith. 1998. **Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**. En *Cadernos de Págu*, n. 11, pp. 11–28.

- BUTLER, Judith. 2009. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro (Brasil).
- BUTLER, Judith. 2010. **Repensar la vulnerabilidad y la resistência**. *Conferencia impartida el 24 de junio en el marco del XV Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas (IAPH)*, Alcalá de Henares, España, 2010.
- BUTLER, Judith. 2017. **Cuerpos aliados y lucha política**. Espasa Libros. Barcelona (España).
- CATROGA, Fernando. 2016. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da História**. 2ª Ed. Almedina. Coimbra (Portugal).
- CIXOUS, Hélène. **Sorties**. 1986. En: CIXOUS, Hélène, CLÉMENT, Catherine. **The Newly Born Woman**. Trad. Betsy Wing. Manchester University Press. Manchester (England).
- DAVIS, Angela. 2016. **Mulheres, Raça e Classe**. Trad. Heci Regina Candiani. Boitempo. São Paulo (Brasil).
- DERRIDA, Jacques. 1989. **Entrevista con Cristina de Peretti**. En: *Política y sociedad*, Madrid, n. 3, 1989.
- DERRIDA, Jacques. 1994. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional**. Relume-Dumará. Rio de Janeiro (Brasil).
- DERRIDA, Jacques. 2001. **O monolinguismo do outro ou a prótese de origem**. Trad. de Fernanda Bernardo. Campo das Letras. Porto (Portugal).
- DERRIDA, Jacques. 2004. **O que é a desconstrução?**. En: *Le Monde*, suplemento especial outubro.
- DERRIDA, Jacques. 2006. **Gramatologia**. Perspectiva. São Paulo (Brasil).
- DERRIDA, Jacques. 2013. **Esporas: os estilos de Nietzsche**. NAU. Rio de Janeiro (Brasil).
- DERRIDA, Jacques. 1992. **Acts of literature**. Routledge. Nova York/London (USA/UK).

- FLORES TREVIÑO, María Eugenia, ESTRADA ESPARZA, Olga Nelly. 2016. **Violencia, gênero y sexismo: un estudio en el discurso de medios mexicanos.** En *Opción*, Año 32, Especial N° 13, p. 725-135.
- FREUD, Sigmund. 2010. **Obras Completas.** Volume 14. (1917 – 1920). Companhia das Letras. Rio de Janeiro (Brasil).
- GAUER, Ruth Maria Chittó. 2010. **A Fundação da Norma: para além da racionalidade histórica.** EDIPUCRS. Porto Alegre (Brasil).
- MAFESSOLI, Michel. 2007. **O Conhecimento Comum: introdução à Sociologia Compreensiva.** Sulina. Porto Alegre (Brasil).
- RODRIGUES, Carla. 2012. **Perfomance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida.** En *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Revista Latinoamericana, ISSN 1984-6487, n. 10.
- ROUDINESCO, Elisabeth. 2008. **A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos.** Trad. André Telles. Jorge Zahar. Rio de Janeiro (Brasil).
- SHIACH, Morag. 1989. **O 'simbólico' deles existe, detém poder — nós, as semeadoras da desordem, o conhecemos bem demais.** En BRENNAN, Teresa. *Para além do falo: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher.* Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro (Brasil).
- SIMONE, Nina. 2015. *What happened, Miss Simone? Documentary, dir. Liz Garbus.*
- SOUZA, Ricardo Timm de. 2016. **Ética como fundamento II: Pequeno tratado de ética radical.** Educus. Caxias do Sul (Brasil).
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010. **Pode o subalterno falar?** UFMG. Belo Horizonte (Brasil).
- TIBURI, Márcia, VALLE, Bárbara (orgs.). 2008. **Mulheres, filosofia ou coisas do gênero.** EDUNISC. Santa Cruz do Sul (Brasil).
- TIBURI, Márcia. 2015. **Como conversar com um fascista.** Record. Rio de Janeiro (Brasil).



**UNIVERSIDAD
DEL ZULIA**

opción

Revista de Ciencias Humanas y Sociales

Año 34, N° 87, 2018

Esta revista fue editada en formato digital por el personal de la Oficina de Publicaciones Científicas de la Facultad Experimental de Ciencias, Universidad del Zulia.
Maracaibo - Venezuela

www.luz.edu.ve

www.serbi.luz.edu.ve

produccioncientifica.luz.edu.ve